

Executivo se mobiliza para ter maioria

Sérgio Prado
de Brasília

O Executivo trabalha nos bastidores para construir uma maioria segura no Senado Federal. Batido em votações importantes, o Planalto deflagrou uma articulação para filiar seis senadores de oposição a partidos que dão sustentação parlamentar a Luiz Inácio Lula da Silva. O destino da maioria deles seria o PTB, legenda do líder do governo no Legislativo, senador Fernando Bezerra, eleito pelo Rio Grande do Norte. "Sabemos que hoje somos minoria na Casa e que precisamos reconstruir uma base sólida", reconhece Bezerra.

Até agora, o governo relutava em atrair pela caneta do presidente parlamentares opositores. O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP) tinha como tática a discussão com as bancadas o mérito dos projetos, a fim de formar maioria pelo convencimento. Entretanto, esta linha de atuação dá sinais de esgota-

mento na prática, pois em plenário a base aliada tem amargado derrotas expressivas.

Foi assim nas votações das medidas provisórias do salário mínimo e na tentativa de proibir os bingos no País. "É evidente que vamos continuar com o debate em torno das propostas, mas não podemos confiar apenas na boa vontade da oposição como ocorreu em muitas votações no governo do presidente Lula", pondera Fernando Bezerra, que assumiu a liderança governista em abril. Sem a participação do PFL, as reformas da Previdência e tributária teriam sido enterradas no Senado.

O mesmo vale para propostas consideradas de extrema importância para o Planalto, como a Lei de Falências e reforma do Judiciário, aprovados na semana passada. Embora sejam consideradas importantes para a melhoria da vida das empresas e funcionamento das instituições, são leis que merecem pouca atenção do cidadão.

Mas quando entra em pauta projetos revestidos de apelo popular como o salário mínimo, o quadro muda de forma radical. Afinal, até mesmo defensores históricos de Lula lhe disseram um sonoro "não" aos R\$ 260,00. Cravaram R\$ 275,00. Derrotado no Senado, o governo teve de recorrer à Câmara onde tem maioria confortável para rever a decisão. "Nem sempre pode ser assim, pois uma proposta importante pode ser enterrada pela maioria opositorista aqui", afirmou Bezerra.

Na ponta do lápis, no momento o governo conta com 39 votos considerados garantidos no PT, PTB, PPS, PSB e PMDB no Senado. O fato leva o governo a garimpar apoio na oposição até mesmo para aprovar projetos de lei que precisam de maioria simples (41 votos) entre os 81 senadores. Para votar uma emenda constitucional, que necessita de 49 votos para ser aprovada na Casa Alta, a situação é ainda mais complicada.